

ALERTA VERMELHO : Queimadas avançam em Porto Velho e acendem preocupação no período mais crítico do ano

Depois de começar 2026 apresentando números positivos na redução dos focos de incêndio, a chegada do período mais seco trouxe novamente uma sequência de ocorrências para dentro e para os arredores da Capital. Dados divulgados recentemente pela Prefeitura mostram que 146 ocorrências de focos de incêndio já foram atendidas entre julho e agosto, com maior concentração na Zona Leste de Porto Velho.

O número ganha ainda mais importância quando confrontado com o histórico da Capital. Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), reunidos no plano de contingência municipal, mostram que, entre 2015 e 2024, Porto Velho registrou 34.437 focos de calor.

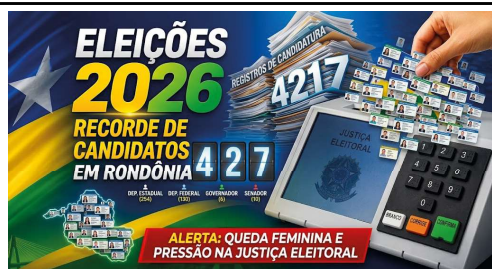
Leia mais na pág. 03



Capital já registra 146 ocorrências de incêndio atendidas entre julho e agosto; histórico mostra que agosto e setembro concentram os maiores picos de focos de calor em Porto Velho.

ELEIÇÕES 2026: Rondônia soma 427 pedidos de registro, mas amarga queda de 34% em candidaturas femininas

PG. 02



SAMU ou Bombeiros?

Saiba quem chamar em cada situação de emergência



Corpo de Bombeiros deve ser acionado em casos de incêndios, resgates, afogamentos, acidentes e outras situações que exijam socorro especializado.

PÁGINA 04

PPPs na saúde: um caminho para Rondônia enfrentar a burocracia e ganhar eficiência



Modelo de gestão integrada busca reduzir entraves administrativos, ampliar investimentos e garantir maior agilidade no atendimento aos pacientes.

PÁGINA 05

TCE-RO cobra R\$ 216 mil de ex-prefeito de Pimenta Bueno por irregularidades no transporte escolar



Decisão aponta irregularidades em reajuste de contrato de transporte escolar e determina apuração de possível improbidade administrativa.

PÁGINA 02

ELEIÇÕES 2026: Rondônia soma 427 pedidos de registro, mas amarga queda de 34% em candidaturas femininas

A corrida eleitoral de 2026 em Rondônia começou oficialmente. Com o encerramento do prazo de registros na Justiça Eleitoral no último sábado (15), os partidos políticos apresentaram 427 pedidos de candidatura no estado para disputar os cargos de deputado estadual, deputado federal, senador, governador e presidente da República.

Apesar da movimentação intensa nos bastidores, o panorama consolidado pelo sistema DivulgaCandContas revela dois movimentos marcantes: o afunilamento das disputas para o Legislativo e uma expressiva retração da participação feminina na política regional.

O dado mais estatisticamente Relevante do balanço do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO) é o declínio na quantidade de mulheres dispostas a concorrer no pleito deste ano. Dos 427 registros solicitados, apenas 141 pertencem a candidatas mulheres, o que representa 33% do total de inscritos.

Comparativo direto: Em 2022, o estado havia computado 215 candidaturas femininas.

Impacto: Houve uma redução real de 74 candidatas (-34,4%) em relação às eleições gerais anteriores.

A porcentagem de 33% atinge o mínimo estabelecido pela legislação eleitoral para as nominatas proporcionais (30%), mas expõe a fragilidade do enraizamento de lideranças femininas no ecossistema partidário rondoniense.

Mapeamento das vagas: a distribuição do quadro eleitoral

A Assembleia Legislativa (ALE-RO) e a Câmara dos Deputados concentram quase 90% das pretensões políticas no estado. O preenchimento das vagas no Congresso Nacional e na política local ficou assim dividido:

Deputado Estadual: 254 pedidos de registro; **Deputado Federal:** 130 pedidos de registro; **Senador (vaga única em disputa):** 10 pedidos (com 10 nomes para 1º suplente e 11 para 2º suplente); **Governador:** 6 pedidos (e

6 para vice-governador); **Presidência da República (âmbito nacional):** 13 postulantes registrados no TSE.

Ao todo, seis chapas concorrem ao comando do Palácio Rio Madeira, definindo os grupos políticos que buscarão o eleitorado rondoniense no primeiro turno, agendado para o dia 4 de outubro. Onde houver segundo turno, a votação ocorrerá em 25 de outubro.

Crivo da Justiça: centenas de processos aguardam julgamento

A entrega dos papéis no prazo não garante o nome da pessoa na urna eletrônica. Todos os formulários tramitam agora via Processo Judicial Eletrônico (PJe) sob a classe de Registro de Candidatura (RCand), sob a relatoria de juízes eleitorais.

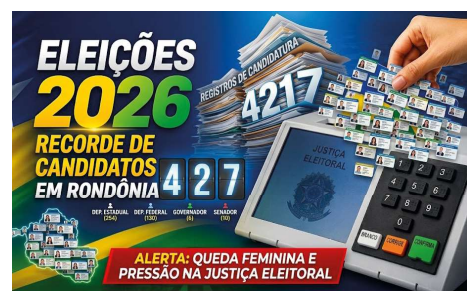
O tribunal analisa aspectos fundamentais: escolha em convenção partidária, ficha limpa, tempestividade da filiação e cumprimento formal da cota de gênero.

Processos Partidários (DRAP):

TCE-RO cobra R\$ 216 mil de ex-prefeito de Pimenta Bueno por irregularidades no transporte escolar

O Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO) comunicou o ex-prefeito de Pimenta Bueno Arismar Araújo de Lima, o Delegado Arismar, sobre a imputação de débito de R\$ 216.567,01, referente a irregularidades identificadas em contrato de transporte escolar. Além do valor, foi aplicada multa de R\$ 10.530.

A responsabilização está relacionada ao reajuste de 25% concedido por meio de aditivo ao contrato firmado em 2019. Segundo o TCE-RO, o ex-prefeito aprovou e assinou o documento sem que fossem apresentados os elementos necessários para justificar a alteração. O débito foi atribuído também ao então procurador-geral do município, Thiago Roberto Graci Estevanato, e à empresa responsável pelo serviço, que receberam multas de R\$ 15.390 cada. A decisão foi tomada pelo Pleno do TCE-RO em 24



O TRE-RO analisa 40 Demonstrativos de Regularidade de Atos Partidários (DRAP), que aferem a legalidade de convenções e coligações. Até o momento, apenas a ata do Partido Novo obteve deferimento oficial.

Processos Individuais (RRC):

Um contingente de 403 Requerimentos de Registro de Candidatura (RRC) aguarda sentença individualizada.

Até a homologação final dos nomes pela Justiça Eleitoral, o quadro de concorrentes em Rondônia pode passar por alterações decorrentes de impugnações, indeferimentos ou desistências.



de julho. Os responsáveis têm prazo de 30 dias corridos para o pagamento dos valores, contado a partir do primeiro dia útil após a publicação da decisão, e podem solicitar parcelamento dentro do prazo estabelecido.

O Tribunal determinou ainda o envio do processo ao Ministério Público de Rondônia para apurar eventual prática de improbidade administrativa. Também deverá ser aberto procedimento separado para analisar outros aditivos e pagamentos relacionados ao mesmo contrato realizados após março de 2020.

DIÁRIO RO
diarioro.com.br

Empresa Jornalística Voz Regional
CNPJ: 10.483.593/0001-48
Fundado em 19 de Novembro de 2008

Avenida Campos Sales, 5156 -
CEP: 76808-458 - Porto Velho - Rondônia

Jornalismo
(69) 3224-2485
jornalismo.diarioro@gmail.com

REDAÇÃO
Rua General Osório, 243,
Centro - Porto Velho - RO

Redação
diarioderondonia@gmail.com

Comercial
vozregionaladm@gmail.com
(69) 99264-1811

Os artigos e matérias são de responsabilidade dos seus autores e não refletem a opinião do veículo.

ALERTA VERMELHO – Queimadas avançam em Porto Velho e acendem preocupação no período mais crítico do ano

Depois de começar 2026 apresentando números positivos na redução dos focos de incêndio, a chegada do período mais seco trouxe novamente uma sequência de ocorrências para dentro e para os arredores da Capital. Dados divulgados recentemente pela Prefeitura mostram que 146 ocorrências de focos de incêndio já foram atendidas entre julho e agosto, com maior concentração na Zona Leste de Porto Velho.

O número ganha ainda mais importância quando confrontado com o histórico da Capital. Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), reunidos no plano de contingência municipal, mostram que, entre 2015 e 2024, Porto Velho registrou 34.437 focos de calor.

E justamente os meses que estamos atravessando representam o período de maior perigo. Somente em agosto foram contabilizados, ao longo daqueles dez anos, 13.758 focos de calor. Setembro aparece logo depois, com outros 12.721 registros. Isso significa que agosto e setembro, juntos, concentraram mais de 26 mil focos no período analisado.

O fogo volta quando a chuva desaparece

Não se trata de coincidência.

O período compreendido entre julho e outubro é justamente aquele em que a redução das chuvas cria condições mais favoráveis para que incêndios se espalhem rapidamente pela vegetação seca. O problema atinge tanto áreas rurais quanto o perímetro urbano.

Terrenos com vegetação seca, áreas de pastagem e locais utilizados para descarte irregular de resíduos podem se transformar rapidamente em pontos de incêndio, espalhando fumaça por bairros inteiros.

Além do dano ambiental, há outro problema que o porto-velhense conhece muito bem: respirar pode se tornar cada vez mais difícil à medida que a fumaça aumenta. Crianças, idosos e pessoas mais vulneráveis aos efeitos da poluição atmosférica estão entre os grupos que exigem maior atenção durante o período das queimadas.

Porto Velho ainda carrega a lembrança de 2024

A preocupação não é exagerada. Há apenas dois anos, Porto Velho vi-



Capital já registra 146 ocorrências de incêndio atendidas entre julho e agosto; histórico mostra que agosto e setembro concentram os maiores picos de focos de calor em Porto Velho.

veu uma das situações ambientais mais dramáticas de sua história recente.

Em agosto de 2024, uma gigantesca camada de fumaça encobriu a cidade. A qualidade do ar chegou a níveis perigosos e a falta de visibilidade provocada pelas queimadas chegou a afetar as operações do Aeroporto Internacional de Porto Velho, provocando cancelamentos e desvios de voos.

A situação se tornou tão grave que, naquele mês, o Município decretou situação de emergência ambiental em decorrência da estiagem e do aumento dos focos de incêndio e queimadas. Aquele cenário permanece como um alerta do que pode acontecer quando seca, calor, baixa umidade e incêndios se encontram.

Porto Velho iniciou 2026 em situação melhor do que em períodos anteriores. Dados divulgados em maio pela administração municipal apontavam redução de 79,2% nos focos de incêndio entre janeiro e maio deste ano. Era uma notícia extremamente positiva. O problema é que o verdadeiro teste começa justamente agora.

Agosto e setembro são historicamente os meses mais perigosos para Porto Velho, e as 146 ocorrências atendidas entre julho e agosto mostram que não existe espaço para baixar a guarda.

Combate agora é também no bolso

Porto Velho endureceu as punições

relacionadas às queimadas ilegais. A nova legislação municipal ampliou as possibilidades de responsabilização e estabeleceu penalidades que, nos casos mais graves previstos na norma, podem chegar a R\$ 10 milhões.

É uma tentativa de enfrentar uma prática que, além de destruir vegetação, coloca em risco imóveis, animais e a própria saúde da população. Porque o problema das queimadas deixou há muito tempo de ser exclusivamente ambiental.

Quando Porto Velho é tomada pela fumaça, o impacto chega às casas, às escolas, às unidades de saúde, ao trânsito e até ao aeroporto.

As próximas semanas serão decisivas

Porto Velho está entrando exatamente na janela histórica de maior incidência de focos de calor. Agosto ainda não terminou e setembro, segundo o histórico do próprio município, também costuma apresentar números elevados.

Depois do pesadelo vivido em 2024, ninguém quer novamente olhar para o horizonte e encontrar uma cidade escondida atrás de uma gigantesca cortina de fumaça.

Os números de 2026 mostram que houve avanço na prevenção. As 146 ocorrências registradas entre julho e agosto, porém, deixam um recado igualmente claro: o fogo voltou — e as semanas mais perigosas da temporada de queimadas ainda estão em curso.

SAMU ou Bombeiros? Saiba quem chamar em cada situação de emergência

Em uma situação de emergência, cada segundo importa. Mas uma dúvida ainda pode surgir no momento de pedir ajuda: afinal, quando ligar para o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e quando acionar o Corpo de Bombeiros?

A orientação é simples, quando a ocorrência envolver uma urgência ou emergência de saúde, o número indicado é o 192, do SAMU. O serviço realiza o atendimento pré-hospitalar, prestando os primeiros cuidados ao paciente ainda no local da ocorrência e,

quando necessário, fazendo o transporte para a unidade de saúde mais adequada.

Entre as situações que podem exigir o acionamento do SAMU estão casos de desmaio, convulsões, dificuldade para respirar, suspeita de infarto ou AVC, acidentes com vítimas e outras condições graves que necessitem de atendimento médico imediato.

Já o Corpo de Bombeiros, pelo número 193, deve ser acionado principalmente em ocorrências que envolvam resgate, salvamento, incêndios,

pessoas presas em feragens, afogamentos e outras situações que exijam uma operação especializada de socorro. Dependendo da complexidade da ocorrência, SAMU e Bombeiros podem atuar de forma conjunta.

O prefeito Léo Moraes reforça que a informação também é uma ferramenta importante para salvar vidas. “Em uma situação de emergência, não há tempo a perder. Orientar a população sobre quando chamar o SAMU e quando acionar os Bombeiros é uma informação simples, mas que pode fazer toda a



Corpo de Bombeiros deve ser acionado em casos de incêndios, resgates, afogamentos, acidentes e outras situações que exijam socorro especializado.

diferença no momento em que alguém mais precisa de ajuda”.

A recomendação é observar a situação com clareza e, ao solicitar atendimento, informar o endereço

correto, explicar o que aconteceu e responder às perguntas feitas pela equipe responsável. Em casos de emergência em saúde, ligue 192. Para resgate, salvamento e incêndio, ligue 193.

Justiça aceita denúncia do MPF contra líder de garimpo ilegal de diamantes na Terra Indígena Roosevelt



O réu chefiava um acampamento com cerca de 15 garimpeiros e mantinha um rádio clandestino para avisar o grupo sobre a chegada da fiscalização.

A Justiça Federal recebeu integralmente uma denúncia feita pelo Ministério Público Federal (MPF) contra um garimpeiro, acusado de liderar a extração ilegal de diamantes nas Terras Indígenas Roosevelt e Parque Aripuanã, em área localizada no município de Vilhena (RO). Na ação penal, o MPF apontou que o denunciado praticou crimes como usurpação de bens da União, extração mineral sem autorização, invasão de terras pú-

blicas federais e uso de rádio clandestino.

O garimpeiro foi flagrado pela Polícia Federal (PF) durante a Operação Oraculum, realizada em maio de 2023 em atuação conjunta com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o próprio MPF. No momento da abordagem, ele estava em uma estrada de acesso no interior da terra indígena conduzindo uma motocicleta

e operando um rádio comunicador portátil sem homologação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). O rádio clandestino era utilizado para monitorar a fiscalização ambiental e coordenar o garimpo ilegal.

O MPF deixou de propor acordo de não persecução penal (ANPP) por entender que a medida seria insuficiente para a reprovação e prevenção dos delitos, dada a gravidade das condutas e os indícios de atuação habitual. De acordo com os elementos colhidos na investigação, o réu admitiu atuar no garimpo na região há cerca de cinco anos e que estava no local do flagrante há 15 dias, onde coordenava um acampamento de apoio que abrigava aproximadamente 15 garimpeiros. Para o órgão, a atuação crimi-

nosa gerou extensa degradação ambiental em área de proteção federal, com desmatamento e revolvimento do solo para a extração de diamantes. O MPF destacou na denúncia que a ocupação indevida de patrimônio público para fins de exploração econômica expõe as comunidades indígenas a riscos severos, comprometendo diretamente seus modos de vida tradicionais e a integridade de seu território.

O MPF sustenta que as condutas são agravadas pelo fato de terem ocorrido em espaço territorial especialmente protegido — uma terra indígena. O órgão reforçou que os delitos de usurpação de patrimônio mineral e de extração ilegal sem licença atingem bens jurídicos distintos — o patrimônio da União e o meio ambiente —, o que justifica a con-

denação por ambos os crimes.

A denúncia foi assinada pelo procurador da República André Luiz Porreca Ferreira Cunha, titular do 2º Ofício da Amazônia Ocidental, especializada no enfrentamento à mineração ilegal nos estados do Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia.

Além da punição criminal, o MPF pediu que o réu seja condenado ao pagamento de R\$ 200 mil a título de indenização por danos morais coletivos. O montante deverá ser revertido ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, visando à reparação dos danos causados à sociedade e ao ecossistema da terra indígena invadida. Os pedidos formulados pelo MPF serão julgados pela Justiça Federal.

PPPs na saúde: um caminho para Rondônia enfrentar a burocracia e ganhar eficiência

As Parcerias Público-Privadas e outros modelos de gestão integrada vêm ganhando espaço na saúde brasileira como alternativas para reduzir burocracia, ampliar a eficiência e garantir maior capacidade de resposta das unidades hospitalares.

Na chamada gestão plena, diferentes necessidades do hospital passam a ser administradas de forma integrada. Isso reduz situações em que há cirurgião disponível, mas falta anestesta; existe equipe médica, mas não há determinado medicamento; ou equipamentos permanecem parados à espera de manutenção.

A lógica é fazer com que profissionais, medicamentos, insumos, equipamentos, manutenção e serviços



Modelo de gestão integrada busca reduzir entraves administrativos, ampliar investimentos e garantir maior agilidade no atendimento aos pacientes.

de apoio funcionem dentro de uma mesma cadeia de responsabilidade. Para o paciente, isso pode representar menos interrupções e maior agilidade no atendimento.

Outro ganho está na gestão financeira. Contratos estruturados com pagamentos regulares, metas e indicadores permitem maior previsibilidade de despesas e planeja-

mento da operação. O modelo também pode ampliar a capacidade de investimento em equipamentos, tecnologia e manutenção, diminuindo a dependência de processos administrativos separados para cada necessidade.

Experiências brasileiras mostram o potencial dessa estratégia. O Hospital do Subúrbio, na Bahia,

tornou-se uma das principais referências nacionais de PPP hospitalar, com gestão integrada e remuneração vinculada também a indicadores de desempenho. Em Minas Gerais, o novo Complexo Hospitalar Padre Eustáquio foi estruturado para concentrar em uma única parceria serviços antes distribuídos em centenas de contratos.

Os modelos variam de estado para estado, mas possuem um objetivo comum: reduzir a fragmentação da gestão e cobrar resultados concretos da operação.

Em Rondônia, a experiência começou a ganhar espaço em Machadinho d'Oeste, a partir de 2022, com a implantação de um modelo de gestão integrada no hospital municipal e resultados po-

sitivos na assistência.

Mais recentemente, o Hospital Regional de Guajará-Mirim ampliou essa discussão no estado. A unidade passou a oferecer serviços como UTI e hemodiálise, permitindo que pacientes da região tenham acesso a tratamentos de maior complexidade sem a necessidade de deslocamento até Porto Velho.

Machadinho e Guajará-Mirim mostram que o debate já faz parte da realidade rondoniense. Mais do que discutir apenas quem administra uma unidade, a questão central é saber qual modelo consegue garantir estrutura funcionando, profissionais disponíveis, atendimento humanizado, agilidade e melhor utilização dos recursos públicos.

Rede municipal de saúde recebe três novas câmaras frias para armazenamento de medicamentos



A rede municipal de saúde de Ji-Paraná recebeu três novas câmaras frias para o armazenamento de medicamentos que precisam ser mantidos sob temperatura controlada.

A rede municipal de saúde de Ji-Paraná recebeu três novas câmaras frias, com capacidade de mil litros cada, destinadas ao armazenamento de medicamentos que necessitam de temperatura controlada. Os equipamentos foram

instalados no Hospital Municipal Dr. Claudionor Couto Roriz e nas farmácias básicas do primeiro e segundo distritos.

Nas duas farmácias básicas, as câmaras serão utilizadas principalmente para a con-

servação de insulinas, medicamentos sensíveis às variações de temperatura. A refrigeração adequada é necessária para preservar a qualidade e a eficácia dos produtos até a entrega aos pacientes.

No Hospital Municipal, o equipamento atenderá diferentes setores da unidade e será utilizado para armazenar medicamentos como vacinas, insulinas, rocurônio, albumina, ocitocina e imunoglobulina anti-Rh, conhecida comercialmente como Matergam.

A estrutura também beneficia a maternidade, que utiliza

medicamentos como a ocitocina e a imunoglobulina anti-Rh em situações específicas durante o atendimento às gestantes. O armazenamento adequado é fundamental para garantir a segurança e a eficiência dos medicamentos utilizados na assistência.

O controle contínuo da temperatura é essencial para os chamados medicamentos termolábeis. A exposição a condições inadequadas pode alterar as características dos pro-

duto e comprometer sua eficácia, afetando diretamente a qualidade do atendimento prestado aos pacientes. As novas câmaras permitem manter os medicamentos sob refrigeração controlada e ampliar o espaço disponível para organização e armazenamento.

Com os equipamentos, o município reforça a estrutura da rede de saúde e melhora as condições de conservação dos medicamentos utilizados diariamente pela população.



PF deflagra operação para investigar perseguição e crimes contra a honra em Porto Velho

A Polícia Federal deflagrou, nesta terça-feira (18), em Porto Velho, a Operação Metadados, para investigar suspeitas de crimes contra a honra e perseguição praticados por meio de ferramentas digitais. A ação busca esclarecer a autoria e as circunstâncias das condutas denunciadas.

Durante a operação, foi cumprido um mandado de busca e apreensão, além de medidas cautelares diversas da prisão. As ordens foram expedidas pela 7ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária de Rondônia e cumpridas no município.

As investigações tiveram início após uma representação encaminhada à Polícia Federal. Segundo a apuração, os meios digitais teriam sido utilizados para a divulgação de imputações caluniosas e para suposta prática de perseguição contra uma servidora pública federal.

Os investigadores buscam identificar a origem das publicações e mensagens, além de verificar a extensão das condutas e a eventual participação de outras pessoas. A análise do material também poderá ajudar a esclarecer a frequência e as circunstâncias em que os atos investigados teriam ocorrido.

Durante o cumprimento da ordem judicial, foram apreendidos dispositivos eletrônicos, que serão encaminhados

para perícia. Os equipamentos poderão fornecer informações sobre mensagens, arquivos, acessos e outros dados relevantes para o inquérito.

A operação recebeu o nome de Metadados em referência às informações associadas a arquivos e comunicações digitais, que podem auxiliar na identificação da origem e da dinâmica das ações investigadas.

A Polícia Federal informou que as diligências continuam para reunir elementos de prova e esclarecer integralmente

os fatos. O inquérito deverá apontar, ao final das análises, se houve prática dos crimes investigados e eventual responsabilização dos envolvidos.

A medida judicial não envolve, neste momento, prisão dos investigados. As cautelares determinadas pela Justiça têm como finalidade preservar elementos que possam contribuir para a apuração dos fatos e permitir o avanço das investigações sobre as condutas praticadas no ambiente digital.

Com a perícia dos



Operação cumpre mandado em Porto Velho para apurar uso de meios digitais em supostas práticas de calúnia e perseguição contra servidora federal.

dispositivos apreendidos, a Polícia Federal pretende confrontar os dados encontrados com as informações já reunidas no inquérito.

auxiliar na identificação dos responsáveis, na confirmação da materialidade dos possíveis crimes e no esclarecimento da relação entre as comunicações investigadas e a vítima.

A análise poderá



ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO - RO

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO n.º: 024/2026

O Prefeito do Município de Alto Paraíso/RO, no uso de suas atribuições legais, ADJUDICA e HOMOLOGA o Processo Administrativo nº 1328/2026, cujo objeto é a SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO, REPAROS E AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO/RO, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP, pelo período de 12 (doze) meses, em favor das empresas abaixo relacionadas: 01) J. DE M. PAGLIARI - LTDA, inscrita no CNPJ nº 05.422.188/0001-80, vencedora dos itens 01, 02 e 10 no valor de R\$ 8.250,00 (oito mil, duzentos e cinquenta reais); 02) KP MATERIAIS ELÉTRICO E CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ nº 55.073.244/0001-96, vencedora dos itens 03, 04, 08, 09 e 11, no valor de R\$ 19.451,00 (dezenove mil, quatrocentos e cinquenta e um reais); 03) CONSTRUVITA COMERCIO E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 37.386.859/0001-90, vencedora do item 07, no valor de R\$ 74.820,00 (setenta e quatro mil, oitocentos e vinte reais). Valor total homologado: R\$ 102.521,00 (cento e dois mil, quinhentos e vinte e um reais).

Alto Paraíso-RO, 12 de agosto de 2026.

HOMOLOGADO
NA FORMA DA LEI

JOÃO PAVAN
PREFEITO MUNICIPAL
Documento assinado eletronicamente



ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO - RO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
N.º 017/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 1328/2026

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/RO.

OBJETO: Sistema de Registro de Preços visando à futura e eventual aquisição de materiais elétricos destinados à manutenção, reparos e ampliação da rede de iluminação pública do Município de Alto Paraíso/RO, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP.

DETENTORES DA ATA: J. DE M. PAGLIARI – LTDA, CNPJ nº 05.422.188/0001-80 – Valor: R\$ 8.250,00 (oito mil, duzentos e cinquenta reais); KP MATERIAIS ELÉTRICO E CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ nº 55.073.244/0001-96 – Valor: R\$ 19.451,00 (dezenove mil, quatrocentos e cinquenta e um reais); CONSTRUVITA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 37.386.859/0001-90 – Valor: R\$ 74.820,00 (setenta e quatro mil, oitocentos e vinte reais).

VALOR TOTAL REGISTRADO: R\$ 102.521,00 (cento e dois mil, quinhentos e vinte e um reais). VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados a partir da publicação do extrato da Ata no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia. A ata na íntegra encontra-se disponível no endereço eletrônico: www.altoparaíso.ro.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia: www.diariomunicipal.com.br/arom, Código Identificador: ED-D44B3B, circulação em 19/08/2026.

Alto Paraíso/RO, 18 de agosto de 2026.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Obs.: ARP assinado eletronicamente nos autos respectivos

Tragédia na BR-364: colisão entre dois caminhões deixa duas pessoas mortas



As circunstâncias e a dinâmica da colisão serão investigadas pelas autoridades competentes.

Um grave acidente envolvendo dois veículos de carga deixou duas pessoas mortas

na tarde desta segunda-feira (17), na BR-364, em Itapuã do Oeste (RO). A colisão aconteceu por volta das 16h20, na altura do quilômetro 619 da rodovia.

De acordo com as primeiras informações, o acidente envolveu um caminhão boiadeiro e um rodotrem. Os dois veículos colidiram frontalmente e, com a força do impacto, houve um

princípio de incêndio.

Equipes da Polícia Rodoviária Federal (PRF) foram acionadas e deslocadas até o local para atender a ocorrência, controlar o trânsito e garantir a segurança na área. O Corpo de Bombeiros também foi mobilizado para combater as chamas e realizar os procedimentos necessários.

Por causa do acidente e do risco pro-

vocado pelo incêndio, a BR-364 precisou ser totalmente interditada no trecho. O bloqueio foi necessário para permitir o trabalho das equipes de emergência e a remoção dos veículos envolvidos.

Após os trabalhos de atendimento e a liberação da área pelas equipes responsáveis, o tráfego foi restabelecido.

As circunstâncias e a dinâmica da colisão serão investigadas pelas autoridades competentes

PF apura lavagem de dinheiro ligada a desmatamento de 1,1 mil hectares em Lábrea

A investigação conduzida pela Polícia Federal teve uma nova medida cumprida nesta terça-feira (18/8), em Colorado do Oeste, em Rondônia. Um mandado de busca e apreensão foi executado no município como parte da Operação So-

breço. A autoria e as circunstâncias dos fatos.

Também foram encontrados indícios de sucessivas negociações envolvendo o imóvel rural. Nessas transações, os valores atribuídos à propriedade teriam apresentado variações. Elementos reunidos pelos investigadores ainda apontam para uma possível tentativa de ocultar a titularidade efetiva da área, com o uso de uma pessoa interposta.

O caso envolve a suspeita de desmatamento ilegal de aproximadamente 1,1 mil hectares de floresta nativa localizada em uma área de reserva legal, em Lábrea, no Amazonas. Segundo as apurações, a intervenção teria ocorrido sem autorização do órgão ambiental competente.

Além dos possíveis crimes ambientais, o inquérito policial busca esclarecer indícios relacionados à lavagem de dinheiro e a outros delitos que eventualmente sejam identificados durante o andamento das diligências. A medida cautelar foi autorizada no curso da investigação, que procura estabelecer a materialidade, a

As diligências continuam sendo realizadas pela Polícia Federal. O objetivo é esclarecer integralmente os fatos investigados e identificar os possíveis responsáveis.

A investigação também analisa a movimentação financeira relacionada ao imóvel e às negociações realizadas ao longo do tempo. A suspeita é de que as transações possam ter sido utilizadas para dificultar o rastreamento da origem dos recursos e da real propriedade da área.

Com o cumprimento do mandado, a Polícia Federal busca reunir documentos e outros elementos que possam contribuir para o esclarecimento das suspeitas. O material apreendido deverá ser analisado no decorrer do inquérito, que poderá apontar novos envolvidos.



Mandado foi cumprido em Colorado do Oeste durante investigação sobre desmatamento ilegal e suspeita de lavagem de dinheiro em área rural no Amazonas.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA Departamento Estadual de Trânsito



AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90018/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0010.068259/2024-14

OBJETO: Registro de Preço para Futura e Eventual contratação de SOLUÇÃO INTEGRADA DE VIDEOMONITORAMENTO, composta pelo fornecimento definitivo (aquisição) de ativos de hardware e licenças de software perpétuas, com a devida instalação e ativação, cumulada com a prestação de serviços continuados de suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva, e atualização tecnológica, visando o atendimento das necessidades técnico-administrativas do DETRAN/RO, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

O Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/RO, por intermédio de seu Diretor-Geral, torna público aos interessados, a revogação do Pregão Eletrônico nº 90018/2026, conforme fundamentos contidos na Despacho da Direção Geral do DETRAN/RO (75005770), datado de 31/07/2026.

A medida decorre da necessidade de revisão e aprimoramento dos documentos de planejamento da contratação, em razão de fatos supervenientes identificados no curso do processo, visando melhor atendimento ao interesse público, nos termos do art. 71, inciso II e § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A íntegra do documento encontra-se no Compras.gov no campo "avisos do pregão eletrônico nº 90018/2026" e no site oficial desta autarquia na aba "licitações".

Porto Velho/RO, 18 de agosto de 2026.

SANDRO RICARDO ROCHA DOS SANTOS
Diretor-Geral

Cacoal Cup movimentou futsal infantil e reúne famílias

O fim de semana foi de muita bola na rede, emoção e alegria para a garotada em Cacoal. O Cacoal Cup de Futsal Infantil reuniu jovens atletas em uma competição marcada por disposição, talento, torcida e, principalmente, espírito esportivo.

As partidas foram disputadas no Ginásio Capitão Rui Luiz Teixeira e na quadra da Escola Bernardo Guimarães, que receberam equipes, treinadores, pais, avós e demais familiares para acompanhar de perto o desempenho dos pequenos atletas.

Dentro de quadra, a garotada mostrou que o futsal vai muito além da busca pelo resultado. Cada partida representou uma oportunidade de aprendizado, convivência, disciplina e construção de novas amizades.

Para os familiares que acompanharam

os jogos, iniciativas como o Cacoal Cup também representam uma oportunidade de proporcionar às crianças maior integração social e qualidade de vida. Um dos familiares presentes destacou a importância de ampliar os investimentos e incentivos às competições voltadas ao público infantil.

“É isso que tem que ser feito, esses eventos para as crianças interagirem e terem um crescimento melhor, estarem em comunidade com os outros amigos. É isso que a gente quer. Cacoal tem futuro, e o futuro são as nossas crianças”, enfatizou o pioneiro da comunicação esportiva Alaor.

Com arquibancadas movimentadas e muita torcida, o campeonato proporcionou momentos especiais não apenas aos jogadores, mas também às famílias, que acompanharam cada lance e comemoraram o en-



Competição realizada em Cacoal reuniu jovens atletas, treinadores e familiares, fortalecendo o esporte de base e incentivando a integração entre crianças e adolescentes.

volvimento das crianças com o esporte.

Esporte de base fortalecido

O Cacoal Cup passa a integrar o calendário esportivo e reforça o trabalho desenvolvido por escolas e projetos dedicados à formação de novos atletas no município. Representantes ligados às

escolinhas de futebol destacaram que a presença de grande número de crianças e familiares demonstra a força que o esporte de base possui em Cacoal.

“Hoje você vê a cidade lotada de gente. O Ginásio Capitão Rui Luiz Teixeira e a quadra do Bernardo com muitos pais e muitas crianças. Isso só fortalece o esporte de base na nossa cidade”, ressaltou Alceri da Arena Flamengo em Cacoal.

Durante o evento, também foi divulgada a retomada das atividades de futsal da Escola do Flamengo, além da disponibilidade de vagas para crianças interessadas em participar do projeto desenvolvido na Arena Flamengo, localizada no Anel Viário.

Mais do que revelar vencedores, o Ca-

coal Cup deixou como resultado o incentivo à prática esportiva e a valorização das categorias de base.

Entre gols, defesas, comemorações e o apoio das arquibancadas, crianças e adolescentes tiveram a oportunidade de vivenciar um fim de semana de integração, aprendizado e paixão pelo esporte.

Ao final da competição, o destaque ficou para o envolvimento de toda a comunidade com o esporte infantil.

A participação das famílias e o entusiasmo dos jovens atletas reforçaram a importância de manter e ampliar iniciativas que incentivem a prática esportiva, contribuindo para a formação de cidadãos, a descoberta de novos talentos e o fortalecimento do futsal em Cacoal.

ASSINE O JORNAL
DIÁRIO RO
Informação sem fake news

E RECEBA TODAS AS MANHÃS

ASSINATURA MENSAL: R\$ 19,99

LIGUE OU CHAME (69) 3224-2485

CHAME NO WHATSAPP (69) 98103-9995

www.diarioro.com.br